



Comissão de Sistematização:

Diego Pitirini, Eliane Silveira, Juliana Souza, Lazie Lopes, Maicon Prado, Marcelo Carlini, Rodrigo Dilelio

SISTEMATIZAÇÃO

- Resolução Política
- Resoluções Temáticas
 - . O Partido dos Trabalhadores e a Educação
 - . Reforma Tributária Justa e Sustentável
 - . Mulheres do PT/RS
 - . Fundo Eleitoral
 - . Juventude do PT/RS
 - . Sustentação Financeira do PT
 - . Autonomia da JPT
 - . Democracia Participativa
 - . Setorial LGBT
 - . Negros e Negras do PT
 - . Fundo Eleitoral para a Juventude
 - . Fundo Eleitoral para candidaturas de negros e negras
 - . Fim do PED
 - . Frente de Esquerda
 - . Fim do Governo Bolsonaro
 - . Resultados do PED
 - . Tática Eleitoral
 - . Frente Direitos Já
- Moções
 - . Educação Pública no RS
 - . Código Ambiental
 - . Dedicção do Congresso



RESOLUÇÃO POLÍTICA DO 7º CONGRESSO DO PT/RS

Cenário Nacional

1. Após anos de hegemonia global do neoliberalismo, o desemprego cresceu e as condições de vida se deterioraram em toda parte. Com a crise capitalista de 2008, as bases econômicas e políticas que sustentavam o neoliberalismo foram colocadas em xeque. A classe dominante global mostra-se cada vez mais incapaz a qualquer mediação com os trabalhadores no processo de divisão das riquezas e aproveita a crise econômica para reduzir a parte do fundo público que era destinada às grandes maiorias, levando a concentração das riquezas a um contingente cada vez menor de pessoas (o chamado 1%).
2. Neste cenário, agravou-se a contradição entre capitalismo e democracia. E este conflito tem uma recepção singular no caso do Brasil, cuja herança escravocrata e a tradição autoritária marcaram a nossa história de exclusão da grande maioria do nosso povo de qualquer perspectiva de desenvolvimento.
3. A resposta do neoliberalismo para os anos de governos democrático-populares na América Latina foi radical. A elite econômica mundial, beneficiada pela atual fase do capitalismo financeirizado, tutelando os países do centro do capitalismo, promoveu inúmeros ataques à democracia. No Brasil, aprofunda-se o Estado de exceção que rompeu o Estado de direito há três anos no golpe parlamentar do impeachment, organizado nos segmentos jurídico e militar das instituições de Estado – os mesmos que mantêm Lula preso em Curitiba –, com apoio midiático e empresarial. Após o golpe e a interdição de Lula, líder nas pesquisas eleitorais de 2018, esta elite ainda garantiu a eleição de Jair Bolsonaro, num processo que em nada pode ser considerado democrático.
4. Apesar de termos promovido no Brasil um processo significativo de inclusão social e econômica, por meio da ampliação do emprego e renda e do acesso às diferentes políticas públicas por setores historicamente excluídos, priorizamos em vários aspectos o consumo e abdicamos de fazer a disputa ideológica, buscando a hegemonia na sociedade. Consideramos que os avanços promovidos pelo nosso projeto seriam irreversíveis e que a população se apropriaria deles.
5. A vitória de Jair Bolsonaro se deu por meio de uma fraude jurídica que encarcerou Lula e das chamadas “Fake News”, ancorada em uma base ideológica de extrema direita e com amplo apoio do centro e da centro direita – associadas aos interesses da classe dominante –, mais do que derrotar o PT, sinalizou o rompimento do pacto nacional firmado na Constituição de 1988, bem como a derrota de um projeto de país soberano, democrático e justo, que volta a ser subordinado aos interesses do imperialismo estadunidense e do capital internacional.
6. Diferente da extrema direita que chegou ao governo no restante do mundo questionando pontos relevantes da agenda neoliberal, a gestão de Jair Bolsonaro tem como núcleo medidas ultraliberares e impopulares. Sua política econômica inviabiliza a superação da crise: cortes nos gastos sociais e investimentos, privatização de estatais, juros reais elevados e outras medidas que atentam contra a soberania nacional e os direitos sociais, tornaram o governo Bolsonaro- Mourão-Guedes-Moro o grande motor de aprofundamento desta crise. Nossa indústria perdeu espaço, o investimento despencou, as expectativas se deterioraram, e o resultado fiscal foi o pior possível. Como se não fosse suficiente, o Estado foi sucateado, dificultando em muito a recuperação econômica e social.
7. A reforma da previdência e a adoção de medidas que aprofundam a reforma trabalhista, reforçam o caráter de classe do ultra liberalismo econômico deste governo: o desemprego em massa e o subemprego para forçar o rebaixamento do salário-mínimo e médio e dessa maneira reduzir o custo social da força de



trabalho. O fim do caráter distributivo da Previdência Social penaliza o andar de baixo, enquanto, a despeito do discurso falacioso do governo e da mídia oligopolizada, os privilégios dos ricos e milionários seguem protegidos.

8. Sem perspectiva de crescimento econômico, o governo aposta na radicalização das pautas ultraconservadoras: armamento da população e o pacote anticrime de Moro quer autorizar o extermínio do povo negro e pobre, cortes na educação, destruição das reservas ambientais, perseguição aos negros, mulheres, LGBTQI+, desmonte do movimento sindical e o fim do Ministério do Trabalho. Ataca valores e símbolos caros à democracia e à esquerda.

9. Antes mesmo de assumir, o novo presidente já sinalizava que a questão ambiental era um entrave ao desenvolvimento e que, portanto tinha que acabar com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), enfraquecer órgãos ambientais e científicos importantes como o Ibama, o Instituto Chico Mendes e o INPE. A partir de então, temos uma enxurrada de consequências, como a ampliação do desmatamento na Amazônia, o aumento das queimadas, a redução da participação dos conselhos, o descrédito dos dados às pesquisas científica, a ampliação da liberação dos agrotóxicos, a redução de investimentos em pesquisas e tecnologias, redução drástica de ações de fiscalização e consequentemente redução de autuações que acarretaram a perda da biodiversidade e possibilidade de alterações irreversíveis na mudança climática.

10. Outro foco de ataque da extrema-direita é a cultura, a educação e o pensamento crítico. Desde muito antes da eleição, Bolsonaro escolheu os artistas e intelectuais como inimigos a serem combatidos e eliminados. Está em curso um desmonte absoluto das políticas culturais, a começar pelo fim do Ministério da Cultura e sua fusão ao denominado Ministério da Cidadania. Após essa primeira iniciativa, avolumaram-se os ataques à Lei Rouanet e ao Fundo Setorial do Audiovisual. Em menos de 4 meses, todo o setor responsável por 2,6% da produção de riquezas do país e mais de meio milhão de empregos encontra-se em vias de um apagão em função da atuação de Bolsonaro.

11. A luta da classe trabalhadora passa diretamente pelo combate ao modelo de sociedade vigente. Diante das crises ambientais e climática e considerando o interesse do capital internacional sobre nosso patrimônio natural, as políticas sociais e econômicas devem estar ancoradas no Programa da Transição Ecológica. A ameaça da indústria 4.0, o genocídio promovido contra os povos tradicionais, o aumento da temperatura da terra e o apontamento científico para uma crise climática global, que já hoje atinge principalmente os mais pobres (chuvas intensas, transbordamento de rios e córregos, desabamento de encostas, acesso a alimentos saudáveis, epidemias como febre amarela, contaminação por agrotóxico, má qualidade do ar, modelo energético e monocultura) precisa ser combatida. A Transição Ecológica proposta pelo Partido dos Trabalhadores no plano de governo Lula-Haddad, é o caminho para um modelo mais justo, equitativo e sustentável.

12. Diante deste cenário, a luta democrática pela libertação do Presidente Lula é central e deve se coadunar com as demais frentes de resistência. Lula é um preso político. O restabelecimento do regime democrático no Brasil tem na sua liberdade a condição primordial. Além disso, os escândalos da “Vaza Jato” escancararam a perseguição criminosa promovida por Sergio Moro e a força-tarefa da Lava Jato, colocando a luta pela liberdade de Lula em outro patamar. A organização e ampliação dos Comitês Lula Livre pelo país deve ser aprofundada, e iniciativas como os Festivais Lula Livre devem ser estimuladas. Em cada luta social no Brasil, a bandeira “Lula Livre” deve se fazer presente.

13. É necessário consolidar o reposicionamento do PT pela esquerda, iniciado no 6º Congresso, estabelecendo um novo pacto com a classe trabalhadora brasileira em sua diversidade, além de definirmos



uma nova estratégia política, adequada aos desafios do período. Este debate estratégico do PT recoloca, necessariamente: a reafirmação e atualização dos nossos compromissos com o socialismo e a democracia expresso nas resoluções do 7º Encontro Nacional do PT e do 3º Congresso Nacional do PT, como expressão da luta anticapitalista da classe trabalhadora, da luta das mulheres contra o patriarcado e da luta anti-racista; a construção de um novo programa que oriente tanto a nossa intervenção na luta de classes quanto a nossa participação em processos eleitorais, superando a contradição verificada entre essas dimensões ao longo de sucessivas eleições. Trata-se de construir um acúmulo real na disputa por hegemonia junto à classe trabalhadora e o conjunto da sociedade; e estabelecer a centralidade da luta de massas para o fortalecimento da resistência democrática; e de retomar a iniciativa política que deve ser convertida em ofensividade após o ciclo defensivo que vivemos desde o Golpe de 2016.

14. A construção de uma nova estratégia do PT precisa incorporar como um dos elementos centrais, a retomada das relações e da confiança da classe trabalhadora e dos setores médios excluídos pela lógica do golpe em curso. Neste sentido o PT precisa reafirmar a sua vocação de Partido formado por dezenas de milhares de militantes políticos e sociais. Queremos um partido de militantes e não de mero filiados. Portanto a nossa reinserção e enraizamento no conjunto da classe trabalhadora deve ser resultante de uma estratégia partidária e esforço político das mais variadas instâncias, nos mais diferentes níveis. Queremos um partido que faça muita política, também nos anos ímpares. De uma forma geral devemos reconhecer, que não apenas o PT, mas o conjunto das organizações democráticas e populares, comprometida com o povo, precisar fazer esta rota. Reorganizando os métodos e funcionamento das direções; Reorganização e apoio as diversas lutas produzidas de resistência no município, estado e país; E a efetivação de políticas de comunicação de massa e de comunicação que chegue ao conjunto dos lutadores;

15. A unidade da esquerda é essencial para construir a resistência popular ao bloco reacionário que dirige o Brasil. Essa unidade deverá ser alicerçada sobre uma estratégia de reconstrução da organização popular, com base em uma frente orgânica, estratégica e programática, capaz de se projetar como centro formulador de um projeto alternativo de sociedade, e de realizar a disputa ideológica e contra hegemônica. Essa frente deve aglutinar-se em torno de propostas e pontos concretos, que estabeleçam uma congruência entre os setores que a compõem, realizando o enfrentamento em todos os campos políticos, portanto a defesa da democracia, a incontornável defesa da luta democrática pela liberdade de Lula e dos direitos retirados por Temer e ameaçados por Bolsonaro. Em especial, as eleições municipais de 2020 são um momento importante, ainda que não único, para derrotar o reacionarismo e iniciar um sólido processo de alteração da atual correlação de forças políticas.

16. Após dez meses de governo federal são inúmeros os retrocessos sofridos: o ataque à floresta amazônica, o fim do programa Mais Médicos, os cortes brutais de recursos das Universidades Públicas e Institutos Federais, as mudanças irresponsáveis na legislação de trânsito, a reforma da Previdência, o aprofundamento da reforma Trabalhista e outros tantos retrocessos fazem parte da política econômica ultraliberal que dilapida o patrimônio público e destrói direitos humanos, sociais e coletivos e ambientais.

17. Para sair da crise é preciso um outro governo: um governo democrático e popular encabeçado pelo PT, com Lula Livre, que restabeleça os programas sociais legados por nossas administrações - dos quais nos orgulhamos, desde o Mais Médicos até a expansão das Universidades Públicas (não precisamos enumerar aqui) -, que retome a demarcação das terras indígenas, combata o desmatamento e defenda a Amazônia de forma soberana e não “internacionalizada”; que construa uma política industrial sustentável, que revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (EC 95), a DRU (Desvinculação das Receitas da União) e os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro. Para isso e para as reformas necessárias ao desenvolvimento soberano - como a reforma agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar -, é necessária uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições cúmplices do golpe. O



meio democrático é através da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, com a legitimidade de um novo governo e com Lula Livre. A experiência mostra que pela conciliação não se avança, e que adiar as reformas populares dá mais tempo aos que atentam contra os direitos e a democracia.

Cenário Estadual

18. No Rio Grande do Sul, o governo de Eduardo Leite (PSDB) que segue e aprofunda o desmonte promovido por Sartori, atua em sintonia com a pauta privatista e entreguista do governo Bolsonaro, levando o estado à estagnação econômica, sem qualquer iniciativa para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda. Em poucos meses, Leite aprovou a privatização de toda matriz energética do RS (CEEE, CRM e Sulgás), sem o plebiscite prometido na campanha eleitoral, e tentou torrar milhares de ações do Bannisul. Mesmo com a majoração das alíquotas do ICMS, Leite segue a política de atraso e arrocho salarial. O governador pretende assinar o Regime de Recuperação Fiscal com o governo Bolsonaro, aumentando ainda mais a dívida do RS, impedindo a contratação de novos servidores e colocando estatais, como a Corsan e o Bannisul na mira da privatização.

19. Outra promessa que o governador está deixando de cumprir é o pagamento em dia dos funcionários públicos, que estão sem reposição inflacionária há anos, muitos em situação de altíssimo endividamento e penúria em suas condições de vida e de trabalho. Ironicamente, propõe a destruição de carreiras, como é o caso do magistério estadual. Combinada com a elevação de alíquotas de previdência, representa um duro golpe para os atuais e os futuros profissionais. As escolas estaduais terão ainda mais dificuldade com a falta de professores e funcionários. Setores importantes ao processo de ensino-aprendizagem, como bibliotecas e laboratórios de informática já estão sendo fechados por falta de pessoal. Na saúde, os constantes atrasos nos repasses de verbas, deixam os municípios e hospitais cada vez mais à própria sorte. Não por acaso, o Brasil desativou, nos últimos anos, 15 mil leitos pediátricos pelo SUS, sendo o RS o segundo estado com maior número de perdas.

20. O Governo Leite já mostrou que continuará com as ações de seu antecessor, quanto ao enfraquecimento das estruturas reguladoras e operacionais da gestão ambiental do Estado. Não é à toa que tenta ainda privatizar o ZOO e não revogou a extinção da FZB/RS e FEE/RS e mantém a PPP para o tratamento de esgoto da região Metropolitana de Porto Alegre. Além disso, avança com a ideia de “desburocratização” das licenças ambientais, com o protocolo do projeto de mudança no Código Ambiental (PL431/19), que propõe alteração de mais de 480 artigos e deixa enfraquecida a fiscalização e a regulação ambiental, precarizando temerariamente as licenças e desprotegendo nossos ecossistemas. E pior ainda, impondo um regime de URGÊNCIA, que inviabiliza a mínima discussão com a sociedade gaúcha. Bom lembrar que existe em andamento 166 processos para liberar minerações no RS, inclusive com grande avanço em sua tramitação de 4 delas: São Jose do Norte, Caçapava do Sul, Lavras do Sul e o megaprojeto Mina Guaíba. Todas elas com altíssimos riscos e impactos ambientais irreversíveis às gerações futuras do Rio Grande. Salientamos que o projeto Mina Guaíba, pode acarretar risco de contaminação do Delta do Jacuí e no Guaíba, liberando partículas que alteram a qualidade do ar, além de terminar com a maior área de produção de arroz orgânico do continente, produzido por assentados do MST, que gera em longo prazo muito mais empregos que a Mina irá gerar nos 32 anos de sua atividade.

21. Segundo pesquisas, o Rio Grande do Sul é o estado com maior índice de evasão da juventude camponesa para a periferia das grandes cidades e de envelhecimento da pequena propriedade agrícola, engolida cada vez mais pelos grandes proprietários que produzem commodities para exportação (antes com veneno contrabandeado, agora permitido) e não alimento para o povo.

22. Ao mesmo tempo, o Rio Grande tem, hoje, uma taxa de desindustrialização maior que a nacional, com indústrias fechando portas em todas as regiões, o que é gravíssimo, já que a maioria de nossa população



migrou para as maiores cidades. Isso concorre para o aumento da taxa de desemprego que, no primeiro trimestre de 2019, foi de 8,11% com relação ao fechamento de 2018, quando a porcentagem era de 7,4%. Também é importante registrar o aumento da taxa de informalidade no RS. Segundo o IBGE, em 2016, tínhamos 1,577 milhão na informalidade; no primeiro semestre, em 2019, chegamos a 1,718 milhão de pessoas vivendo na informalidade. Empregados no setor privado, bem como domésticos sem carteira assinada, empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ.

23. Para atender as expectativas dos povo que sofre, o PT/RS precisa canalizar a resistência e a indignação dos trabalhadores gaúchos, defender claramente outro caminho e outra política. A gravidade da situação deixa cada vez mais evidente que não há saída através da administração da crise gerada por este modelo. Nosso partido deve, mais uma vez, recusar e combater a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, as privatizações e se contrapor às mudanças nos planos de carreira dos servidores e previdência (alinhada com a PEC 06/2019). A saída para o RS está ligada à saída nacional. A revogação da Lei Kandir e a cobrança do que a União deve ao Estado, o fim do estrangulamento das finanças pela dívida com a União – já paga e repaga –, são as fontes iniciais dos recursos que devem servir para tirar a saúde e a segurança pública do caos, e abrir a via para o atendimento das justas reivindicações dos servidores. Também é urgente abrir a caixa preta das isenções fiscais. A Bancada do PT/RS está chamada a tomar as medidas necessárias para que a Assembleia Legislativa passe a limpo o destino dos recursos que deixam de ir para os cofres públicos para via de regra compor o lucro das grandes empresas, muitas delas com contrapartidas obscuras.

24. Também no RS, os partidos de esquerda estão alinhados na oposição a esse governo antipopular. O PT vem atuando em diálogo com PCdoB, PSOL e PDT, a Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo, bem como os movimentos sociais e populares na resistência a esse desmonte. Nossas bancadas na Assembleia Legislativa votam juntas contra as privatizações, contra a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Estamos fazendo oposição a este governo que, somente para aprovar as privatizações, realizou mais de 90 nomeações de cargos em comissão às vésperas da votação.

25. Esse contexto e os conflitos políticos e institucionais indicam o quadro político que marcará as eleições municipais de 2020. No processo eleitoral, devemos defender o fortalecimento da articulação entre os municípios em nível nacional e regional. O PT deve participar das eleições em um maior número possível de municípios com candidaturas a prefeito(a) e vereador(a), ampliando as candidaturas de mulheres, negros e negras, jovens, população LGBTQI+ e lideranças das lutas sociais.

26. O contexto impõe a construção de alianças que fortaleçam as esquerdas e um campo de oposição democrática, comprometido com a defesa dos direitos, da justiça social e da soberania do país. É preciso ampliar a força e o alcance da esquerda e da oposição democrática, fazendo a disputa ideológica, cultural, de valores e de elevação da qualidade de vida da população nos programas a serem apresentados para os municípios.

27. Tanto por princípio quanto por estratégia, é necessário um forte debate sobre os programas eleitorais, combatendo as fraudes, a violência, o abuso do poder econômico e o discurso do ódio. Como afirmou o presidente Lula, nas urnas lutaremos para depositar esperanças. Derrotar não apenas eleitoralmente, mas politicamente, a ultradireita nas eleições de 2020, estabelece novos patamares para a disputa de 2022 no estado e no país.

28. A etapa estadual do 7º Congresso do Partido dos Trabalhadores deve, também, ter um olhar autocrítico para sua atuação, visando a melhoria de suas práticas. Nesse sentido, precisa manter vigilância constante sobre os processos de burocratização que costumam acompanhar o crescimento das estruturas partidárias; melhorar o acompanhamento da vida partidária, especialmente, no interior do estado; aumentar sua



capacidade de elaboração coletiva; perseguir a unidade política como resultante de diálogo permanente entre as diversas sensibilidades que formam as opiniões diferentes ou divergentes.

29. Precisamos renovar e reorganizar o PT promovendo uma mudança cultural, que se expresse em nossa vida interna alterando os espaços, práticas e métodos, exercitando valores de justiça e solidariedade em nosso meio. Neste contexto, a formação política é estratégica para que possamos forjar uma nova geração de militantes, dirigentes e lideranças com maior capacidade para enfrentar o debate político, ideológico e de valores. Um partido de massas que forma quadros a serem ofertados para as tarefas em sociedade.

30. Devemos ter a capacidade de constituir núcleos dirigentes no PT, capazes de compartilhar efetivamente o poder e que expressem a pluralidade das sensibilidades internas, bem como diversidade geracional, de gênero e racial existente em nosso meio. Não teremos êxito nesta disputa que estamos vivendo, de Guerra Híbrida e tecnológica utilizando velhas ferramentas. Precisamos pensar a comunicação de forma estratégica, investindo em pesquisas e em uma ação técnica e planejada de comunicação que se utilize de novos recursos por meio das redes sociais e iniciativas de massa pelo YouTube com a criação de um canal próprio de TV, bem como de um programa de rádio na internet.

31. filiado contribua garantindo nosso autofinanciamento, que se estabeleça um processo participativo no planejamento das finanças partidárias e a transparência nos processos de gestão e de prestação de contas, tanto do Fundo Partidário quanto do Fundo Eleitoral.

Sem prejuízo de propostas construídas no processo de luta e resistência, aprova as seguintes ações para o próximo período:

- Massificação dos Comitês Lula Livre em todo o RS.
- Fortalecimento da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo, ampliando as forças nas ruas, as marchas e protestos que mobilizem o povo brasileiro para derrotar o programa neoliberal, colonialista e conservador que tira direitos e vende patrimônio.
- Esforço de todas as nossas instâncias diretivas na construção de Frentes de Esquerda com PCdoB, PSOL e com PDT e PSB nos municípios.
- Realização de um ciclo de debates e seminários, com os demais partidos de esquerda para a construção de diretrizes de programa de governo para as eleições de 2020. Da mesma forma, a organização de seminários de formação política para todos os candidatos e candidatas do PT ao pleito municipal.
- Realização de uma Conferência Estadual de Comunicação do PT/RS, de preferência ainda este ano.
- Fortalecimento da nossa parceria com a Fundação Perseu Abramo para abrir o maior número possível de turmas dos cursos de difusão de Governo e Política, Comunicação e Política e de Análise de Conjuntura, além dos esforços para viabilizar um polo presencial no RS para a próxima turma de mestrado em Governo e Política.
- Construção dos seminários regionais para as novas direções, com oficinas práticas sobre o uso dos sistemas on-line, sobre prestação de contas, para que possamos usar estas ferramentas a nosso favor.
- Adoção de pesquisas, questionários e demais processos digitais de participação direta dos dirigentes municipais e da base partidária na construção de propostas que possam aperfeiçoar a organização partidária, as finanças do Partido, a formação e a comunicação.



- Inclusão, no registro assinado pelo candidato e pela candidata petista às Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado do compromisso expresso com a implantação de uma política de rodízio entre titulares e suplentes, a ser definido pelos Diretórios Municipais em conformidade com a Lei Orgânica de cada município e o Regimento Interno de cada Legislativo.

- Realização de um conjunto de eventos em comemoração aos 40 anos do PT, que combinem campanhas de incentivo às filiações de mulheres, jovens, negros e negras ao Partido, principalmente nos municípios pequenos, combinado ao incentivo às candidaturas de mulheres e jovens às Câmaras e Governos municipais.

- Trabalho de apoio e presença permanente junto as nossas Instancias Regionais, Municipais, Setoriais, Secretarias e Coletivos.

- Criação de coletivos estaduais de comunicação e formação política, com a presença de representantes de cada uma das regionais. Fortalecimento e ampliação dos coletivos das áreas Sindical e de Movimentos Populares

- Construção de uma rede de apoio permanente, nas áreas contábil e jurídica, para que os municípios possam dar conta das questões relacionadas a existência partidária e respectiva prestação de contas.

Lula Livre!

Porto Alegre, 19 de outubro de 2019.



RESOLUÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO

O PT necessita construir consensos sobre um projeto educacional que expresse a defesa de uma formação humana comprometida com a democracia, com a superação das desigualdades, com a valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, a participação popular, a solidariedade, com a cooperação, com o combate a todas as formas de dominação e opressão e com a defesa da diversidade em todas as suas dimensões.

Não é possível a construção de uma sociedade democrática sem investir na formação das juventudes. Isto significa que o PT precisa ter no centro do seu projeto estratégico e planos de governos, a educação como prioridade real, como campo de disputa de projeto, garantindo investimentos para a formação de indivíduos com capacidade crítica, com consciência cidadã e com apropriação de conhecimentos para a busca de uma vivência social com dignidade. Ou seja, a Educação Pública, Gratuita, Inclusiva Obrigatória, Laica e com Qualidade Social.

Cada vez mais se evidencia a importância estratégica da formação das nossas juventudes para construir um projeto de nação democrático e solidário. O conteúdo da Educação define o tipo de ser humano e de sociedade que se quer construir. Não é por acaso que o conservadorismo direitista escolheu a educação como um de seus campos prioritários de disputa para tentar impor a sua narrativa ideológica.

A escola pública básica e a universidade pública passam a ser o alvo dos ataques do governo Bolsonaro, que corta recursos e ameaça à liberdade de cátedra, combatendo cientistas, negando a ciência e propondo medidas repressivas como as contidas no projeto escola sem partido, que visa o controle ideológico, com características fascistas, do espaço escolar. Tais ataques e cortes, vale ressaltar, afetam a permanência estudantil, colocando em cheque todo o esforço de inclusão da classe trabalhadora na educação promovida pelos nossos governos.

O PT reconhece a escola pública como a escola do povo. Dos 49 milhões de jovens que estudam na Educação Básica 43 milhões estão na escola pública. Temos o compromisso de dialogar com os corações e mentes destes 43 milhões, pois eles constituem a polissemia cultural, política e diversa das juventudes das periferias, das mulheres, do povo LGBT, dos jovens com deficiência, dos quilombolas, dos povos da floresta, dos assentamentos rurais e da agricultura familiar. Há uma tentativa por parte da ala evangélica e da ala militar do governo de travar uma luta contra um inimigo inexistente: a ideologia de gênero. Com o objetivo de criar um sentimento de pânico moral na sociedade, a extrema direita cria uma narrativa falsa de polarização, em que educadores/as objetivariam impor uma "doutrinação da deturpação".

Só uma formação emancipadora das nossas juventudes poderá produzir um processo de ruptura com a dominação que as verdadeiras elites do atraso submetem historicamente o povo trabalhador.

O PT defende o Ensino Público Gratuito em todos os níveis, a universalização da pré-escola à universidade, combate frontalmente a privatização da educação e as tentativas de instituir o ensino pago nas universidades públicas e nas escolas básicas.



O Partido dos Trabalhadores defende a retomada da expansão das universidades públicas e dos Institutos Federais IFS, exige a retomada imediata do Plano Nacional de Educação visando cumprir as metas para o Ensino Superior e para a Educação Básica.

O Partido dos Trabalhadores compromete-se com políticas sociais de sustentabilidade para a permanência na escola das juventudes das classes populares, com garantia de bolsas permanência, bolsa de Iniciação Científica, entendendo a democratização da educação como acesso, permanência e acesso ao conhecimento.

Repudiamos a tentativa neoconservadora que quer mercantilizar e privatizar a educação com o sistema de vausher, a homeschool, o projeto "Future-se" e impor uma cultura fascista com as escolas cívico-militares. Nossos governadores e prefeitos estão chamados a não aderir e denunciar o programa de militarização das escolas. Nesse momento, o Governo Federal busca, através dos cortes orçamentários e da imposição do projeto "Future-se", acabar com a universidade pública em sua essência. Desde que a direita assumiu o governo federal através de um golpe em 2016 prioriza-se o sucateamento do investimento público na saúde e na educação, através da Emenda Constitucional 95. Para além da manutenção da EC, o governo federal tem feito mais cortes na educação e tem retido o dinheiro que as universidades geram a partir de receita própria. Seguindo a linha da desordem, o executivo não chega nem perto de cumprir com o Plano Nacional de Educação. Ou seja, o próprio governo cria a condição de instabilidade da existência da universidade pública para depois oferecer um falso remédio ao problema colocado.

Um elemento fundamental de análise é entender o que o governo se propõe a resolver e quem ele responsabiliza pelos problemas que julga existentes na universidade pública hoje. Os pressupostos que o governo sustenta são: (1) a inexistência de uma receita própria do governo federal capaz de suprir as necessidades orçamentárias das IES; (2) a inabilidade da comunidade acadêmica de gerir a universidade, atacando em especial os reitores e reitoras; (3) a ideia de que existem áreas do conhecimento hierarquicamente superiores umas às outras - inclusive algumas tais quais Filosofia e Sociologia sendo dispensáveis para o ensino público; (4) a inutilidade da pesquisa acadêmica realizada nas universidades para a sociedade; portanto, segundo a lógica governamental, a universidade da maneira como a conhecemos hoje precisa acabar.

Nos governos democráticos-populares foi provado que o investimento na educação não só é possível como é uma questão de prioridade. As universidades públicas formam os melhores administradores (públicos e privados) do país: seriam eles incapazes de fazer gestão? Sobre a hierarquia das áreas do ensino e a importância da pesquisa para o desenvolvimento do país e a soberania do nosso povo, também não restam dúvidas: a produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia são essenciais e indispensáveis para entendermos desde átomos até a racionalidade humana.

Precisamos manter a maioria social que ganhamos no último período acerca da pauta da educação e denunciar o falso remédio que o governo tenta propor para essa doença inventada. Precisamos, portanto, propor uma alternativa para os reais problemas da Universidade Pública atualmente: a falta de investimento e a burocratização e excessiva departamentalização da estrutura de gestão criada ainda na ditadura militar e que persiste até hoje. Precisamos acabar com a lista triplíce e fazer com que o/a reitor/a mais votado seja o eleito, cobrar o cumprimento do PNE e do regime de partilha e acabar com a EC95 para que o Estado Brasileiro volte a tomar responsabilidade sobre a educação pública. Por fim, é também necessário que pensemos novas proposições que pensem como podemos aliar o investimento e um novo modelo de gestão às necessidades dos e das estudantes e, sobretudo, do nosso povo. Isto é, por exemplo, pensar qual será o papel que terá a assistência estudantil e a extensão, às mulheres, o povo negro, a periferia e as LGBTs nesse novo modelo.



O Partido dos Trabalhadores compromete-se com a manutenção e ampliação do Fundeb, garantindo seus recursos exclusivamente para as escolas públicas, assim como se compromete com a defesa intransigente da manutenção da vinculação constitucional dos recursos para a Educação, do financiamento e da autonomia universitária. Defendemos a retomada de recursos do pré-sal, da taxação das grandes fortunas para garantir o financiamento da educação em um projeto de médio e longo prazo.

O Partido dos Trabalhadores defende uma educação democrática e inclusiva em todos os níveis, e uma universidade que produza ciência para a melhoria da vida do povo. Uma universidade que produza Ciência e Tecnologia articulada com um projeto de nação, assentado na busca da igualdade social, na sustentabilidade ambiental e na soberania nacional.

REFORMA TRIBUTÁRIA JUSTA, SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL

Uma das principais causas da manutenção da desigualdade social no Brasil é a tributação injusta, que pesa sobre os mais pobres e privilegia os mais ricos. Uma inversão perversa de critérios, que não só prejudica os trabalhadores como limita a arrecadação e, por consequência, a capacidade de ação do estado em benefício do povo. Assim, os pobres perdem duplamente: pagam mais impostos, proporcionalmente aos ricos, e têm reduzido o seu direito de acesso a serviços públicos. Este é raciocínio básico que justifica o projeto de “Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável”, lançado ontem no Congresso pelos seis maiores partidos de oposição – PT, PCdoB, PDT, PSB, PSOL e Rede. A proposta é um contraponto à reforma apresentada pelo governo, que simplifica a tributação, mas mantém a injustiça.

A inversão do critério justo de tributação é flagrante na comparação do Brasil com os maiores países do mundo. Os impostos sobre renda e patrimônio representam quase 40% da arrecadação tributária dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)*, que estão entre os mais ricos do mundo, enquanto que no Brasil a taxação da riqueza representa apenas 22,7%. Já o imposto sobre consumo, que pesa mais sobre trabalhadores e a população pobre, representa 32,4% da arrecadação total dos países da OCDE, e quase 50% no Brasil. Esta diferença gritante sustenta a desigualdade no Brasil.

A proposta de reforma tributária apresentada pela oposição, como alternativa ao projeto neoliberal em discussão no Congresso, enfrenta energicamente esta injustiça, porque taxa mais a renda e menos o consumo. Impõe impostos à compra de bens de luxo, como iates, lanchas e helicópteros, que hoje são isentos de tributação; tributa grandes fortunas, lucros, dividendos e grandes heranças; cria novas faixas de Imposto de Renda para quem ganha mais; e diminui a cobrança de imposto sobre a compra de itens básicos, como alimentos e bens de consumo das famílias.

O projeto de “Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável” também demonstra que a unidade das forças políticas progressistas e democráticas contra a extrema-direita e o neoliberalismo é viável e necessária, tanto nas ruas quanto nos movimentos sociais e sindicais e no parlamento.

*Os países da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

(** Texto de Autoria de Dilma Rousseff)

MULHERES DO PT RS

Avançar na Democracia Interna - Lutar por Igualdade, Justiça, Democracia e Liberdade - #LulaLivre



Nós, mulheres petistas, feministas, socialistas, reafirmamos através desta proposta de Resolução nosso compromisso com a construção de uma sociedade livre, soberana, democrática. Estamos presentes no ativismo das organizações de mulheres e feministas, jovens, negras, indígenas, LGBTQ+, quilombolas, ribeirinhas e dos diversos movimentos do campo, das cidades e das florestas, desconstruindo diariamente a naturalização das desigualdades que fortalecem o racismo, a misoginia, a lgbtphobia, que banalizam e reproduzem a cultura do ódio e das múltiplas violências.

Somos protagonistas na construção do maior partido de esquerda da América Latina e com profundo enraizamento social. O Partido dos Trabalhadores sempre esteve em movimento e se transformou com o objetivo de combater as influências do sistema patriarcal, colonial e capitalista na sua estrutura interna. O partido e as nossas práticas devem ser o espelho da sociedade que queremos construir.

Diante da atual conjuntura, que nos exige fortalecer laços, construir novas relações com a sociedade e reafirmar nosso projeto político partidário e de nação soberana, fazemos defesa intransigente das nossas conquistas institucionais e queremos através desta manifestação que o VII Congresso do PT reafirme e aprofunde as decisões congressuais e propostas a seguir, com objetivo de consolidá-las e aprimorá-las.

Reafirmar a Paridade e as Cotas, em todos os níveis, como Instrumento de Democratização Interna

As mulheres e os movimentos feministas são e sempre foram protagonistas da construção do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, nem sempre esse protagonismo consegue, individualmente, romper as barreiras do patriarcado e chegar aos cargos de poder e representação. É a luta coletiva que consegue combater explorações estruturais da nossa sociedade e transformar nossas vidas e nossa realidade.

Em 1991, em seu I Congresso Nacional, o PT inovou no âmbito partidário no país: aprovou a cota mínima de 30% de mulheres em todos os postos dirigentes. No seu 4º Congresso, em 2011, foi aprovada a paridade entre mulheres e homens nas direções (igual número de mulheres e homens nas direções), além das cotas raciais e geracionais, importante passo na construção de uma estrutura interna representativa e cada vez mais democrática. A partir dessas conquistas estamos conseguindo avançar, mas precisamos enfrentar com mais responsabilidade as resistências e os desafios que surgem conforme são implementadas - como é o de consolidar a paridade para além das “vogais”, melhor distribuição geracional das vagas reservadas para mulheres, entre outras.

Bem como, reconhecemos a paridade e as cotas étnico-raciais e geracionais como um marco na história do PT. Elas vêm proporcionando instâncias deliberativas cada vez mais representativas e possibilitam a oxigenação na formulação e das bandeiras do partido. Contudo o compromisso é de todos e todas para o fortalecimento do Partido, garantindo uma composição com equidade entre homens e mulheres, inclusive com a responsabilidade de também serem indicados homens jovens as instâncias e direções partidárias paritário as indicações de mulheres jovens, o que requer o diálogo constante para fora do PT, a formação e a filiação de novas lideranças – se “não temos mulheres”, “não temos jovens”, “não temos indígenas, negras e negros”, precisamos entender os motivos e nos desafiar.

Gestão do Fundo Partidário das Mulheres

Conquista de todas as mulheres brasileiras, hoje a destinação de 5% do fundo partidário para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres está prevista em lei federal (Lei 9096/95, art. 44, V). Caso não seja cumprida a determinação, o partido é punido, e os valores deverão ser utilizados no ano seguinte, com o acréscimo de 12,5%.

Sendo previsto para investimento exclusivamente em atividades de formação de mulheres a competência política para a gestão dos recursos é das Secretarias Estaduais de Mulheres. Essa gestão deve ser feita junto



à Secretaria Estadual de Finanças, com a construção de um planejamento de gastos e posterior prestação de contas. Entretanto, é urgente que todas as Secretarias Estaduais de Mulheres tenham pleno acesso as informações para o planejamento da gestão dos recursos dos 5% previstos em lei.

Considerando o incentivo à participação feminina nos espaços de liderança, de poder e decisão como dever de todo o partido e suas direções, em processo de diálogo permanente e parceria com as Secretarias Estaduais de Mulheres, que são as instâncias legítimas de representatividade das mulheres petistas.

Neste sentido, exigimos o compromisso, o respeito e o diálogo das direções partidárias com as mulheres petistas, na execução de suas atividades e no investimento de no mínimo 5% na formação de lideranças, para construção de um partido cada vez mais forte e comprometido na defesa das lutas das mulheres para construção de uma sociedade justa e igualitária.

Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres e ao Feminicídio

O Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores é pioneiro na defesa dos direitos das mulheres no Brasil e os governos petistas são referências na proteção e no combate à violência contra as mulheres. Foi no governo Lula que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada, tendo, posteriormente, conquistado status de Ministério. A atuação da SPM na elaboração das políticas públicas e na proposição das ações e programas junto aos demais Ministérios foi fundamental no enfrentamento às múltiplas violências contra meninas e mulheres, em especial à violência institucional que hoje conduz o Brasil à miséria e a barbárie. Os indicadores comprovam.

Também no nosso governo, nossa bancada de parlamentares contribuiu fortemente para a aprovação de leis importantes, como a Lei Maria da Penha, Lei da Importunação Sexual e a Lei do Feminicídio. Com isso, os governos estaduais e municipais se viram obrigados a construir equipamentos de proteção às mulheres em situação de violência, envolvendo também os judiciários e legislativos. A Casa da Mulher Brasileira, equipamento fundamental para o adequado atendimento às mulheres vítimas de violência, foi formulado no governo da primeira mulher eleita Presidenta da República, Dilma Rousseff, e começou a ser implementado em alguns estados, até a ruptura democrática.

A partir do golpe machista e misógino de 2016, o Brasil vive um verdadeiro desmonte das políticas para as mulheres, em todas as áreas. O desmonte, alinhado ao discurso de ódio institucionalizado, tem como consequência o aumento do número de feminicídios em 44% no primeiro semestre de 2019, o que vai na contramão da redução do número total de homicídios em 20% nos primeiros quatro meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018.

No Rio Grande do Sul não foi diferente, a misoginia e o machismo golpista do MDB de Sartori extinguiu a Secretaria Estadual de Mulheres e junto com ela o orçamento para promoção de políticas para as mulheres. Eduardo Leite agora vem aprofundando esta postura de ataque aos direitos das mulheres, desmontando o Departamento de Mulheres e "destacando" poucos R\$ 20 mil reais para as nossas políticas, postura que aprofunda a política de morte imposta aos mais pobres e sobretudo às mulheres. O RS hoje é o terceiro estado do Brasil que mais mata mulheres fruto da ausência de investimento e projeto para garantia dos nossos direitos, nossa dignidade e nossas vidas.

O Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores reafirma seu compromisso no enfrentamento de toda e qualquer forma de violência contra meninas e mulheres, o que necessariamente passa pela defesa da revogação da Emenda Constitucional 95 e a luta diária e constante pela valorização do salário mínimo, a retomada dos direitos trabalhistas e a defesa intransigente da seguridade social universal e solidária. Garantir orçamento, organismos de políticas para as mulheres e permanente diálogo com movimentos de



mulheres e feministas, tem que estar presente no modo petista de governar e de atuação parlamentar, em todas as esferas.

A criação das Comissões Estaduais de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, é um compromisso para construção de um partido sem machismo e tem por intuito apurar todas as denúncias de violência ou violação de direitos com o objetivo de seu combate, respeitando uma deliberação do VI Congresso do PT.

Fortalecer o “Elas por Elas” para Fortalecer o PT

O Projeto Elas por Elas é um marco das mulheres do PT e sua referência de promoção da participação feminina e feminista na política vai para além dos nossos muros, sendo um exemplo para outros partidos e movimento sociais. O Elas por Elas trouxe práticas partidárias coletivas e solidárias entre as mulheres, rompendo dinâmicas político-partidárias permeadas pela competitividade, inerentes ao capitalismo e ao sistema patriarcal, que também estabelece relações de disputa agressivas e desiguais entre mulheres, dificultando a construção de uma unidade de gênero.

A primeira experiência do projeto impulsionou candidaturas femininas representativas, feministas e de movimentos sociais. Com isso o PT ampliou sua bancada feminina em vários estados e possibilitou a projeção de lideranças para as próximas eleições, com meta de ampliar a participação feminina e feminista no pleito de 2020, visando também 2022.

Mais que seu impacto na formação de candidatas, o projeto contribui para o fortalecimento das Secretarias de Mulheres e o diálogo destas com os movimentos sociais e com a sociedade sobre a luta das mulheres e sobre a incidência e participação feminina. Deste modo, é essencial sua continuidade e fortalecimento, bem como o comprometimento das instâncias partidárias com o projeto, para construção de um partido cada vez mais forte e representativo.

Ao Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, nossa militância e responsabilidade dirigente em todos os espaços onde atuamos, em marcha, resistentes e na luta, por Lula Livre, em defesa da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional!

FUNDO ELEITORAL PARTIDÁRIO

Em 2018, o Partido dos Trabalhadores passou pela sua primeira experiência de gestão do Fundo Partidário Eleitoral. A decisão sobre a distribuição de recursos entre candidaturas ao governo do estado, senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas foi centralizada na Comissão Executiva Nacional. Os esforços na elaboração de critérios feitos pela direção nacional não impediram, no entanto, distorções na distribuição de recursos entre candidaturas regionais, pelo desconhecimento destas realidades.

Em 2020, nas eleições municipais, o número de candidaturas será muito superior a 2018, entre prefeitos, prefeitas, vices, vereadores e vereadoras. A diversidade de cenários e condições de disputa amplificará o desafio para a distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral.

Neste sentido, o Congresso Estadual do Partido dos Trabalhadores do RS propõe ao 7º Congresso Nacional do PT que a deliberação sobre distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral para 2020 seja compartilhada entre o DN e os Diretórios Regionais, a partir dos valores informados pela CEN. Entendemos que as direções regionais são melhores conhecedoras das condições de disputa e das prioridades em seus estados, reduzindo assim os casos de disparidades e distorções na definição da destinação dos recursos.



JUVENTUDE DO PT/RS

Um Canto de Liberdade Justiça, Democracia e Esperança #LulaLivre Juventude Petista de esquerda e socialista!

Hoje, a democracia, que iniciou sua construção durante nossos anos de fundação, está sob risco sem ter sua consolidação efetivada e o PT deve, novamente, resistir como um instrumento fundamental para as lutas da classe trabalhadora e para a construção e fortalecimento da democracia participativa no Brasil, com legítima e radical participação popular.

As classes dominantes articularam novamente um golpe, dessa vez travestido de normalidade institucional, que ao passo em que trabalha, diuturnamente, para defender e garantir os privilégios de setores que apoiaram e apoiam o golpe e o atual governo, retira os direitos de trabalhadoras e trabalhadores através de medidas como a limitação de tetos de investimentos sociais (EC95a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a futura Reforma Tributária, consequência da política ultra neoliberal.

Assim, nós, jovens petistas e demais setores que sofrem com o aprofundamento da exploração-opressão estrutural fruto desse projeto que nos organizamos através de núcleos de bases, coletivos e tendências que compõem o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras reiteramos nosso compromisso com a defesa de nosso partido; de nosso legado nas políticas e nas gestões públicas; na reorganização da estrutura partidária; na luta por Lula Livre; na construção de uma projeto de sociedade socialista, livre, soberana e democrática; na defesa intransigente das nossas conquistas institucionais; e na construção de reformas estruturais e populares.

Para construirmos um novo projeto de sociedade, é necessária a participação da juventude em todas as esferas políticas. Dessa forma, requeremos, através deste manifesto, que o VII Congresso do PT reafirme e aprofunde as decisões congressuais (já aprovadas), e propostas a seguir, com objetivo de consolidá-las e aprimorá-las: REAFIRMAR E CONVOCAR A REALIZAÇÃO DO IV CONJPT – ESTATUTÁRIO E COM ETAPAS MUNICIPAIS, JUNTO COM UMA MASSIVA CAMPANHA DE FILIAÇÃO DE JOVENS.

Em um momento no qual a conjuntura política brasileira e mundial apresentam uma forte ofensiva dos setores conservadores e ultra neoliberais, que exploram e subjagam os povos e suas soberanias, a juventude tem a tarefa de se organizar e resistir a este projeto imperialista, entreguista, genocida e anti-povo. Entendemos ser importante o enraizamento do PT e da JPT nos municípios do Brasil com uma atuação efetiva na base buscando uma reaproximação dos movimentos sociais, através da construção de núcleos petistas e da luta por Lula Livre.

É extremamente necessário que a JPT esteja organizada para seguir disputando corações e mentes dos e das brasileiras e fomentando as disputas majoritárias e proporcionais com o intuito de garantir a representação e a implementação das políticas públicas de juventude como forma de apoio ao protagonismo juvenil e a garantia de suas vidas, corpos e territórios. Assim, acreditamos que para termos êxito na construção de uma juventude socialista, democrática e de massas deve-se existir em cada município brasileiro a organização da juventude por meio da JPT.

Portanto, defendemos e conclamamos que o conjunto do partido assuma a responsabilidade de realizar o 4º CONJPT no primeiro semestre de 2020, conforme deliberado no último Congresso Extraordinário da Juventude do PT, que ocorreu em junho de 2018, assegurando as etapas municipais e estaduais, com a garantia da discussão e da regulamentação do estatuto da JPT. E, diante das dificuldades encontradas a nível nacional, desde 2015, de convocação e realização do Congresso Nacional da JPT, reafirmamos o



compromisso da JPT do Rio Grande do Sul em realizar o seu Congresso Estadual, garantindo, também, as etapas municipais, caso não se concretize a proposta de calendário apresentada pela Secretaria Nacional da JPT.

REAFIRMAR A DESTINAÇÃO E A GESTÃO DE 5% DO FUNDO PARTIDÁRIO PARA A JPT

Acreditamos que o debate econômico deve ser feito centrado no povo, e que devemos reconhecer os erros em não pautarmos transformações, ainda, mais estruturais no desenvolvimento da juventude. Assim, devemos propor à sociedade o debate sobre uma economia voltada para a juventude que garanta renda, qualidade de vida e seguridade social e não uma economia uberizada, que adoce, explora e desqualifica a mão de obra e o ser pensante dos e das jovens brasileiros.

Para tal, a Juventude do PT, que é uma juventude partidária, reconhecendo sua responsabilidade com a atual conjuntura da classe trabalhadora brasileira e seu espaço estratégico na construção de uma sociedade justa e igualitária para homens e mulheres, reafirma a necessidade de garantir o repasse dos 5% do Fundo Partidário para a instância, visando tanto a ampliação da sua autonomia e organização quanto o fortalecimento de lideranças jovens para fazer a disputa real da sociedade, em especial, para as eleições de 2020, permitindo o financiamento de atividades militantes, além de possibilitar a estruturação de Fóruns de Formulação para a Juventude do PT.

PARA ALÉM DA DEFESA DAS COTAS GERACIONAIS, ÉTNICO-RACIAIS E DA PARIDADE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO INTERNA DO PARTIDO E FORTALECIMENTO DAS MINORIAS NA SOCIEDADE, A LUTA PELA AUTONOMIA DA JPT

Desde a luta Contra o Impeachment de Dilma Rousseff até as mobilizações do #EleNão, às vésperas da Eleição de 2018, passando pela construção da Frente pelo Desencarceramento em massa e por um Nova Política de Drogas e Saúde Mental, somando-se à Frente Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, chegando ao Tsunami da Educação e à luta pela Soberania Popular e pelo direito aos Corpos, Territórios e Espírito, lá, estavam elas nas fileiras da frente, agitando, mobilizando, formulando, ocupando, liderando, perdendo a liberdade, e, às vezes, até morrendo.

A organização das jovens mulheres vem de encontro com as novas demandas da sociedade e o movimento feminista vem ganhando grande visibilidade, especialmente da juventude que busca se organizar politicamente, assim, as jovens mulheres brasileiras têm cumprindo papel fundamental na luta contra o fascismo, na construção da resistência popular e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. O Brasil é o país que mais mata sua juventude, em especial, a negra e periférica.

Nos Governos do PT construímos políticas afirmativas que visavam o combate do racismo e o fortalecimento das questões étnico-raciais como, por exemplo, a instituição de cotas sociais (renda) e raciais no SISU e no PROUNI, programas fundamentais para garantir a juventude negra e periférica na centralidade das Políticas Públicas de Juventude e o fortalecimento das questões étnico-raciais de forma transversal, ou seja, passando por todas as fases e momentos da vida de cada indivíduo e por toda a sociedade.

Por tudo exposto, acreditamos, veementemente, na importância das Cotas de Juventude (Geracionais), Mulheres (Paridade) e Étnico-raciais, e no reconhecimento da JPT como uma organização partidária de juventude autônoma, não estando apenas dispersa por cotas numa multitude de diretórios, às vezes indicada por mandatos, diluindo-se como sujeito. É através disso que garantiremos a construção de novas lideranças e o fortalecimento de nossos dirigentes jovens, para que o PT possa ser o partido que de fato representa o povo brasileiro e suas diversidades, garantindo um Partido amplo, plural e representativo.



REAFIRMAMOS A IMPORTÂNCIA DA JUVENTUDE FORTALECER A SECRETARIA LGBT

O governo Bolsonaro tem feito grandes ataques às políticas públicas para a comunidade LGBT com seu discurso e ações governamentais de cunho LGBTfóbico desde as eleições. Com isto, se faz necessária toda organização social para o enfrentamento desses retrocessos. O PT conquistou um grande avanço para esta luta no último congresso, a criação da Secretaria LGBT. A Secretaria precisa de amplo apoio de toda juventude do PT, nos municípios, estados e no âmbito nacional, participando e construindo ao lado da Secretaria Nacional a luta pela garantia dos direitos da comunidade LGBT. Partido é dos trabalhadores e das trabalhadoras!

SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DO PT

O 7º Congresso aprova a abertura de um processo de debate e deliberação nacional sobre alterações estatutárias que reforcem e recuperem o caráter militante de suas organizações de base e garantam a auto sustentação partidária por seus filiados, apoiadores e eleitores.

Neste sentido, a auto sustentação partidária é uma tarefa consciente de todos os filiados. Dessa forma, todos os filiados são comprometidos com a contribuição financeira, sem prejuízo das tabelas de contribuição dos portadores de mandato eletivos e de cargos de comissão no Executivo e Legislativo, regular e periódica, para exercer o direito de voto nos espaços de decisão e deliberação do Partido.

AUTONOMIA DA JPT

Apoiamos a proposta do reconhecimento da Juventude do PT como uma organização partidária de juventude autônoma. A juventude não deve estar dispersa apenas por cotas numa multitude de diretórios, às vezes indicada por mandatos, diluindo-se como sujeito.

A JPT deve se construir como estrutura ligada ao partido, mas com orçamento próprio, e orientação e organização próprias em todos os níveis. A juventude deve poder pensar com a sua cabeça e caminhar com as próprias pernas.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Neste momento histórico há um grande consenso no campo popular e socialista sobre a necessidade de construir uma Frente de Esquerda que aglutine os partidos que se reivindicam na luta pela democracia, soberania nacional, direitos sociais e pelo socialismo para fazer frente aos governos Bolsonaro, Leite e suas políticas antidemocráticas, antipopulares e antinacionais e, ao mesmo tempo, preparar nossas forças políticas para o embate eleitoral municipal em 2020. Por tudo isso, nessa conjuntura mais que nunca devemos orientar nossa luta de unidade da esquerda e da disputa eleitoral que se aproxima por um conjunto de Pontos Programáticos que sirvam de referência estratégica para a elaboração dos programas eleitorais municipais.

Neste Sentido, o Congresso Estadual do Partido dos Trabalhadores do RS, propõe a Diretriz programática estratégica de uma gestão pública com democracia participativa nos executivos e nos legislativos, que fortaleça e estimule os Conselhos Municipais temáticos e setoriais, os plebiscitos e práticas de democracia



Direta, como Orçamento Participativo, conselhos populares e outras formas com caráter deliberativo e vinculante.

Nos governos e nos legislativos exercer experiências que vão além da representação, visando formação de cidadania e consciência política na construção de decisões coletivas, planejadas e que estimulem a solidariedade e a inversão de prioridades ditadas pelo mercado.

Proposta de Resolução sobre a Frente Direitos Já!

Uma frente - permanente - denominada “Direitos Já-Forum pela Democracia” que foi lançada no Teatro Tuca, em 02.10 - segundo seu manifesto, pretendem fazer a “vigilância e defesa da nossa democracia” mas... sem Lula Livre! Como bem disse Lula em entrevista ao UOL: "O que não pode é participar de uma reunião como aquela que houve no Tuca [teatro da PUC em São Paulo] e [dizer] o seguinte: "Vamos passar um mata borrão? Não houve golpe na Dilma, não houve fim do direito trabalhista. Não houve fim disso, não houve fim daquilo e vamos todo mundo lutar pelo direito"... Essa frente está convocando para 30 de outubro, no Auditório Nereu Ramos da Câmara Federal, um ato por “Liberdade de expressão e Estado laico”. Está anunciada - mas não confirmada - a presença de Michel Temer. O PT deve rejeitar toda participação de seus militantes e dirigentes nesse Ato, mesmo se Michel Temer não comparecer. E isso porque: 1º lugar: não há nenhuma reivindicação concreta - como no caso Intercept ou na exposição censurada num museu gaúcho, ou na cessão de um teatro federal a uma igreja evangélica etc. – são bandeiras gerais que não se comprometem com nada. 2º lugar: o ato, como no Tuca, serve para golpistas limparem a imagem e tentar salvar partidos falidos (PSDB, PMDB, PSD, Cidadania etc.). 3º lugar: serve à política de alguns setores que pretendem construir a “frente ampla com o centro”, que só sairá se atraírem o PT e sindicatos.



RESOLUÇÕES ACOLHIDAS PARA ENCAMINHAR AO 7º CONGRESSO NACIONAL

SETORIAL LGBT

Stonewall e a revolta das Cores, resistência e luta para derrotar a nova era fascista

O obscurantismo instaurado pelo Governo Bolsonaro tem como base um projeto antipopular, antinacional e antidemocrático de longo prazo contra o povo brasileiro. Uma ampla aliança construída entre setores conservadores da sociedade tem como objetivo central atacar e reverter as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, principalmente da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI). Esta frente conservadora-fascista foi responsável por operar um golpe jurídico-midiático-parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff, prender o presidente Lula e ganhar as eleições em 2016 e 2018. São elas e eles também que desmontaram as políticas LGBT criadas pelos nossos governos e tem financiado os discursos de ódio contra nossa população.

O Brasil é o país que mais mata Travestis e Transexuais no mundo. Foram 167 vítimas entre outubro de 2017 e setembro de 2018, segundo a ONG Transgender Europe. Também somos o país onde lésbicas e mulheres bissexuais sofrem estupros supostamente corretivos de sua orientação sexual. LGBT's são brutalmente assassinadas com crueldade e uso excessivo da força. Apesar deste cenário, somente neste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou o crime de LGBTfobia com o de racismo, criando um ordenamento jurídico capaz de tipificar essas violências.

É urgente que o maior partido de esquerda da América Latina seja, para além de abrigo político, ferramenta de resistência frente aos retrocessos intermitentes, garantindo a participação e a representação das trabalhadoras e trabalhadores LGBT's.

Com isso, é chegado o momento de consolidarmos a eleição de nossas direções estaduais e nacional, reposicionando nossa militância política junto às alianças sociais fundamentais para o próximo período. Entendendo esse importante momento de renovação do nosso partido, as Secretarias estaduais e nacional LGBT do PT apresentam, ao conjunto da militância a seguinte resolução:

1. 10% de representações LGBT nas direções partidárias, respeitando as cotas de mulheres, negras e negros e de jovens, já existentes. O objetivo é garantir a representação efetiva nas direções em todas as instâncias e na condução política do partido.
2. Destinação de uma cota mínima de 5% das emendas parlamentares, dando prioridade orçamentária de nossos mandatos ao fortalecimento das políticas LGBT, ao combate a LGBTfobia e a promoção dessas cidadanias.

O 7º Congresso do PT, em tempos de avanço bolsonarista, precisa ser uma resposta à altura de todos os sonhos e de todas as lutas socialistas. É hora de organizar nossa Revolta das Cores, mantendo acesa a chama de Stonewall e derrotando a onda fascista!

NEGROS E NEGRAS DO PT/RS

Uma reflexão necessária para o momento que estamos vivendo é sobre como foi possível Bolsonaro, um candidato ultraliberal, conservador, misógino, racista, declaradamente fascista chegar ao poder. Certamente não se trata de uma resposta simples. Acreditamos que uma das razões foi porque o PT não conseguiu incluir o apelo e as expectativas do povo negro de forma efetiva em um projeto de nação, mesmo com os



governos de Lula e Dilma tendo implementado um programa progressista num país com histórico de opressão e violência como do Brasil.

Sabemos que através de toda sua história, o Estado brasileiro organizou o funcionamento de sua estrutura pela lógica escravocrata. Mas, os mecanismos que balizavam a escravidão não se encerraram pela dita abolição. Pelo contrário, o paradigma que rege a sociedade continua escravocrata. É este paradigma que subjetiva toda a sociedade em maior ou menor grau, em todas as classes sociais, em todas as instâncias e estruturas sociais e até em segmentos da esquerda, inclusive no PT.

O PT, que nasceu progressista, não rompeu com a lógica colonialista, que permeia as esferas do poder alijando negras e negros, que são mais da metade da população fazendo com que hajam evidentes dificuldades de interlocução e entendimento das necessidades prementes dessa população. O PT não consegue entender o que negras e negros querem para si e para todos.

Existe hoje no nosso partido, uma urgência em propor instrumentos eficazes de combate ao neoliberalismo, ao conservadorismo e ao projeto da ultradireita, mas esses instrumentos se tornam rasos e inócuos se não forem considerados onde estão os menores salários, onde está a mais alta taxa de desemprego, quais as mulheres que mais são vítimas de violência, onde estão os maiores índices de mortalidade entre jovens, onde está o menor índice de escolaridade.

Historicamente o PT tem acumulado acerca do debate político no Combate ao Racismo e da Promoção da Igualdade Racial, com a ampla participação de negras e negros, entretanto, ainda existe uma grande lacuna do ponto de vista da representatividade negra no interior do partido e na concretização de suas proposições e suas demandas. A pauta da população negra precisa estar na centralidade do debate político programático do nosso partido. Em que pese o debate permanente, ainda não é priorizado. É urgente aprofundar esta pauta. É preciso repensar a estratégia política em todos os seus aspectos, dialogando com a vida real do nosso povo, respeitando a cultura, a história e a religião de uma fé negra historicamente invisibilizada pelos setores retrógrados do cristianismo e demonizada pelas novas igrejas de concepção fundamentalista. Algumas correntes evangélicas, inclusive, utilizadas nos últimos tempos para formar a opinião e dirigir a ação de amplos contingentes sociais, negando a política e confundindo a consciência popular, contribuindo decisivamente para a eleição do projeto fascista e ultraliberal que destrói princípios constitucionais de Estado laico e democrático.

Bolsonaro, e o que ele representa, foi eleito com parte dos votos de negras, negros, mulheres, LGBTs, mesmo apresentando uma proposta de morte e exclusão para essa população.

O PT tem que considerar que a história da exclusão de negras e negros não é apenas uma questão da luta de classe. Não há que se falar em luta de classes no Brasil ignorando a história da formação étnica e social brasileira.

Mesmo alcançada a utopia da extinção das desigualdades sociais, no caso de negras e negros, o racismo ainda persistirá. Esta realidade se traduz até mesmo na estrutura interna do partido. São poucas as negras e negros que chegam as mais altas instância do partido. São poucas as negras e negros nos gabinetes e assessorias de parlamentares e executivos petistas e até mesmo as cotas para participação dos filiados como delegados em congressos, plenárias e outras instâncias partidárias não respeitam a proporcionalidade do povo negro na sociedade, afinal, reafirmando, somos mais da metade da população brasileira. É preciso que o PT deixe de silenciar sobre a questão racial internamente, que tire o racismo debaixo do tapete.

Compreender a história e a vida do povo negro no Brasil, a luta nos quilombos, nas comunidades, periferias e irmandades, é base para uma elaboração teórica sobre o socialismo que queremos. A questão racial deve



estar colocada no programa e na prática, inclusive interna do PT, estabelecendo um novo diálogo com a sociedade brasileira.

Em tempos de agravamento da crise social e econômica, quando chocam os números da fome e do êxodo em direção às periferias desassistidas das cidades, é preciso saber quem já está lá, quem sempre esteve lá. Afinal, é preciso lembrar que o Estado brasileiro fortaleceu o racismo estrutural através de leis racistas que durante o Brasil Colônia e Império proibiam negros e negras de frequentar a escola, de votar, de ser parte integrante deste país. A República pouco modificou esta situação, e os poucos avanços que tivemos nos últimos anos estão sendo retirados, nos levando mais uma vez a realidade do século XIX.

Impossível falar sobre resistir em tempos da terrível ameaça capitalista/fascista sem considerar que o povo negro tem uma rica história de mais de 500 anos de luta e resistência para contar.

É preciso que o PT enegreça. É urgente enegrecer o PT!

Porto Alegre, outubro de 2019.

FUNDO PARTIDÁRIO ELEITORAL PARA A JUVENTUDE

Um dos poderes estruturantes do Partido dos Trabalhadores sempre foi a diversidade interna. Representativa da sociedade que o compõe. Perpassa isto termos na juventude uma ferramenta de mobilização e de presença nos espaços políticos. Para isto, precisamos de estrutura e suporte às nossas candidaturas jovens. A disponibilidade dos recursos do fundo eleitoral direcionados para a juventude é necessária para que garantimos a transição geracional. Uma ação afirmativa garantindo uma quota mínima de 5% do Fundo Eleitoral, gerenciada pelas secretárias de juventude, para candidaturas jovens no processo eleitoral de 2020 é o passo inicial para garantir este projeto de engrandecimento da juventude petista nos espaços políticos.

FUNDO PARTIDÁRIO ELEITORAL PARA CANDIDATURAS DE NEGROS E NEGRAS

Que o Fundo Eleitoral (10%) destinado à campanha eleitoral do RS em 2020 seja partilhado em igualdade entre as candidaturas negras.



RESOLUÇÕES APROVADAS POR MAIORIA

FRENTE DE ESQUERDA

O PT/RS na fase estadual do 7º Congresso aprova a proposta de formação de uma Frente Política, de caráter permanente e orgânica, com os partidos que estão na oposição ao projeto neoliberal do governo Bolsonaro e que se opuseram ao golpe parlamentar que depôs o governo Dilma, estendida aos partidos e grupos partidários que não possuem ainda representação parlamentar ou em organização.

A frente política, alicerçada num programa comum, aprovado consensualmente em sua formação, baseado na defesa da democracia e dos direitos sociais dos trabalhadores e do povo, na defesa da Soberania Popular e Nacional e no anti imperialismo.

Por seu caráter permanente, orgânico e federativo, a Frente deverá estar aberta a adesão direta dos cidadãos e cidadãs que concordem com seu programa comum e formas de organização, que permitam esses espaços próprios sem prejuízos das estruturas dos partidos que a compõem.

Por sua característica federativa, permanente e de lutas sociais a Frente necessitará manter coordenações, em todos os níveis, compostas com proporcionalidade consensual, assim como uma busca permanente de ação parlamentar e governamental conjunta e nas frentes sociais e sindicais já constituídas, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo.

O objetivo principal da frente é unificar e potencializar as lutas cotidianas do povo brasileiro contra o atual governo autoritário, entreguista e a serviço dos banqueiros e estabelecer condições de unidade, coesão, identidade programática em disputas eleitorais futuras.

FIM DO GOVERNO BOLSONARO

É central a luta pelo fim do governo Bolsonaro, em defesa dos direitos e da democracia no país, que se concentra na exigência da imediata e incondicional libertação de Lula, com a anulação das condenações e a responsabilização dos atropelos jurídicos cometidos pela Operação Lava-jato sob o comando do ex-juiz Moro e seus asseclas no Ministério Público e na Polícia Federal - agora escancarados pelas revelações do The Intercept.

Esse é um governo autoritário, que quer amputar os sindicatos, criminalizar os movimentos populares e esmagar a liberdade de imprensa. Mas é frágil pela origem na fraude - com o “law fare” para a prévia prisão de Lula e depois as “fake news” -, e pela sua coalizão improvisada. Hoje, tenta forjar um movimento de rua para sustentar seu discurso, quebrar as organizações de classe que estão aí, e destruir ou ilegalizar o PT.

Na luta contra esse governo, não cabem ilusões na cúpula militar. Um impeachment para alçar o vice-presidente, general Mourão, resultaria na aplicação do mesmo programa para o povo. Os generais foram selecionados no bojo da equivocada ocupação militar do Haiti (Minustah). Depois, nas operações de GLO (“Garantia de lei e ordem”) nos morros, agem com métodos genocidas das PMs contra negros e pobres.



O PT DEMOCRATICAMENTE ORGANIZADO: POR UMA NOVA ORGANIZAÇÃO NA BASE E NA DIREÇÃO

Somente um PT democrático será capaz de enfrentar os desafios colocados ao partido neste período imediato que sucederá o ano de 2019, o primeiro ano marcado por uma ordem francamente autoritária, como não se via no Brasil desde a revogação do Ato Institucional Militar número 5.

O Golpe de Estado introduziu na agenda brasileira o espectro do fascismo e contra ele devemos deixar insurgir o que de melhor temos nas fileiras do nosso partido: a orientação problematizadora da ordem.

O Processo de Eleição Direta no PT converteu-se num processo viciado e não suficientemente representativo das lutas que ocupam a nossa ordem do dia. A falta de assembleias permanentes de militantes, consignados por uma estratégia comum de disputa no âmbito da ordem hegemônica pela burguesia, faz com que a militância subestime o poder das classes abastadas.

Sabedores de que a agenda de retrocessos contra as classes que vivem do trabalho, e sobretudo pelo risco à democracia e aos direitos fundamentais, econômicos e sociais do povo brasileiro, entendemos que o nosso instrumento de combate a esta ordem orientada exclusivamente pelo cálculo e pelo lucro, deve estar isento da influência de arranjos burocráticos que artificializam maiorias produzidas através de gincanas eleitorais.

O partido deve ser o meio onde ocorrem disputas políticas legítimas, em nome daqueles que vivem do trabalho, cujo espaços de decisão são os diretórios e instâncias de militância de base. Somente a organização popular e consciente das classes populares fará com que o partido reflita rigorosamente uma síntese do que de melhor produziu o povo brasileiro ao longo da sua história.

O PT precisa rever seus formatos de eleição das direções e também constituir um funcionamento transparente e participativa de suas finanças. É preciso um efetivo Conselho Fiscal e um tipo de Orçamento Participativo do PT. É necessário substituir a Secretária Nacional de Finanças do PT por uma Comissão Nacional de Finanças e Planejamento, garantindo sua gestão colegiada e democrática.

Para construção destas mudanças, propomos:

- 1) Fim do PED
- 2) Retomada dos encontros como espaços de debate e eleição das direções do PT em todos os níveis.

RESOLUÇÃO SOBRE OS RESULTADOS DO PED

O PT do Rio Grande do Sul entende, em seu 7º Congresso Estadual, que é fundamental alterar o padrão de funcionamento do Partido em todo o país. O primeiro passo deveria ser apurar de forma rigorosa as centenas de recursos apresentados à CEN, que indicam a ocorrência de irregularidades sistêmicas no dia 08 de setembro. Trata-se de um erro estratégico não apurar denúncias graves da utilização de métodos deteriorados num partido democrático e socialista como o PT. A próxima direção nacional do partido será, infelizmente, eleita sob a suspeição de ter sido beneficiária de votações que podem não ter acontecido. É fundante, no período em que vivemos, ter um partido forte e estruturado. Isso só será possível se for construído um ambiente interno onde os principais debates sejam feitos de forma séria, democrática e com solidariedade de classe. Trata-se de uma grande irresponsabilidade com o futuro e o presente do PT, ignorar, aceitar e se beneficiar desse tipo de prática. Clamamos as delegações do 7º Congresso Nacional a exigir que, para reduzir o dano, logo após o congresso, o Diretório Nacional julgue todas as denúncias e recursos, e que, onde comprovada a ação irregular puna de forma exemplar os e as responsáveis. Deve-se também



reconhecer as correções feitas pela COE RS que alterou os resultados e o cumprimento do regulamento aprovado pela própria CEN que anula as irregularidades e fraudes ocorridas e reconhecidas nos estados.

RESOLUÇÃO SOBRE TÁTICA ELEITORAL E POLÍTICA DE ALIANÇAS: 2020 ORGANIZA 2022

O PT deve colocar em sua agenda, imediatamente, o tema das eleições municipais e incentivar debates e processos capazes de produzir plataformas programáticas e composições político-sociais para enfrentar eleitoralmente as candidaturas ultraliberais e de direita.

As eleições de 2020 organizarão boa parte do cenário da disputa eleitoral de 2022 e poderão criar as condições para encurtar esse ciclo de retirada de direitos, aumento das desigualdades, perda da soberania e de ataques à democracia.

Assim, as disputas municipais deverão ser um espaço para também construirmos junto dos movimentos sociais e para dialogarmos em busca do deslocamento de setores sociais progressistas, como OAB, CNBB e parcela da população que discorda do rumo autoritário que o governo e o Estado brasileiro têm tomado, visando acumularmos força e criarmos condições de construir maioria social para o nosso projeto.

Nesse sentido, o próximo pleito municipal incumbe a direção do partido a articular para que, em cada município do estado do Rio Grande do Sul, seja consolidada uma alternativa de esquerda e de oposição aos governos Bolsonaro e Leite.

Onde liderarmos as chapas, devemos construir uma amplitude que viabilize vitórias sem descaracterizar nosso programa.

De outro lado, o PT estadual, por meio de suas instâncias, somente deverá homologar o apoio do PT às candidaturas dos partidos que conosco têm resistido ao desmonte de direitos e ao obscurantismo, ou a candidaturas de personalidades, que vincula-se a esses partidos, e que nitidamente expressem oposição aos governos federal e estadual.

Além disso, o fortalecimento do PT nas eleições se dará com chapas proporcionais completas, fortes e representativas. Esse é o motivo pelo qual é fundamental que o partido convoque a militância desafiando todos os setores sociais a definirem candidaturas proporcionais.



MOÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE

DEDICAÇÃO DO CONGRESSO DO PT/RS

Os delegados e delegadas presentes no 7º Congresso Estadual do PT no Rio Grande do Sul, nossos representantes como o nosso senador, deputados federais e deputados estaduais, prefeitos, vereadores, lideranças que atuam nos dos movimentos sociais e culturais, todos os dirigentes partidários estaduais e municipais, reafirmam seu compromisso de fazer do RS um estado justo para todos e todas, sem violência de qualquer tipo, que tenha como marca o crescimento econômico de forma sustentável, a solidariedade e a igualdade, onde todos, independentemente de sua renda, cor, orientação sexual, gênero, idade, sejam respeitados e que todas as regiões e cidades, grandes ou pequenas, sejam territórios de cidadania integral para todos e todas que ali moram e vivem, e dedicam este Congresso aos:

- 1- Educadoras e educadores do Rio Grande do Sul, comprometidos com a educação dos filhos do nosso povo, que resistem e seguem entrando nas salas de aula, apesar do desrespeito enorme dos governos Sartori e Eduardo Leite, que atrasam salários, abandonam as escolas e agora ameaçam ainda mais estes profissionais com maiores perdas salariais, inclusive as aposentadas. NOSSO compromisso com a educação pública de qualidade para toda a juventude gaúcha e pela valorização e respeito as professoras e professores.
- 2- Aos agricultores familiares produtor de leite vítima do descaso que na ausência de um preço mínimo que remunere o trabalho diário e estimule a produção. Abandonam a atividade, depois de anos de trabalho, investimento e dedicação. NOSSO compromisso com todos agricultores e todas agricultoras que lutam para ficar produzindo alimentos saudáveis a toda a população gaúcha e viverem com dignidade nas suas comunidades.
- 3- Aos 505 mil gaúchos e gaúchas desempregados no estado, em especial aos jovens gaúchos, que todos os dias buscam trabalho e emprego e não encontram, vítimas do descaso de Bolsonaro e Leite. Nosso compromisso com o crescimento econômico sustentável e o direito ao trabalho e o emprego digno para todos os gaúchos e gaúchas.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO

O projeto de fascismo social em curso no país, liderado pelo governo Bolsonaro, elegeu a Educação Pública em todos os níveis como a inimiga central, através do projeto "Future-se", da nova BNCC e o denominado novo Ensino Médio. Aqui no RS, o governo Leite está impondo fielmente o mesmo projeto nacional, afronta a Educação Pública e os Servidores Públicos, através do "Pacote Leite", que ataca as carreiras e os direitos dos servidores públicos, ameaçando profundamente os direitos sociais do conjunto da população!

Assim, a única resposta coerente e consequente diante do "Pacote Leite" é uma ampla mobilização e resistência do conjunto dos servidores públicos, com o total apoio e solidariedade das demais categorias de trabalhadores e dos movimentos sociais, conforme o Cpers deliberou em sua última Assembleia Geral, de 27/9/19, apontado para uma forte greve para derrotar o pacote de Leite!



O PT RS, em seu Sétimo Congresso Estadual, convoca o conjunto do partido e dos movimentos sociais, para empenhar total apoio e solidariedade à greve dos servidores públicos do RS, bem como reafirmar a Gestão Democrática e o direito à educação pública de qualidade para todos e todas!

MOÇÃO PELA RETIRADA DO PEDIDO DE URGÊNCIA DO PL 431/19 – RS

O atual código do meio ambiente do estado do Rio Grande do Sul foi fruto de amplo debate quando de sua redação. Esse debate envolveu movimentos ambientais, sociais, partidos, assembleia, entre outros.

O governador Leite, através de seu secretário de Meio Ambiente, enviou uma proposta que altera mais de 480 artigos do código vigente, e colocou regime em regime de urgência de 30 dias, inviabilizando todo e qualquer debate, até pelo legislativo.

O VII Congresso do PT/RS conclama a retirada imediata do PL 431/19 – RS.